

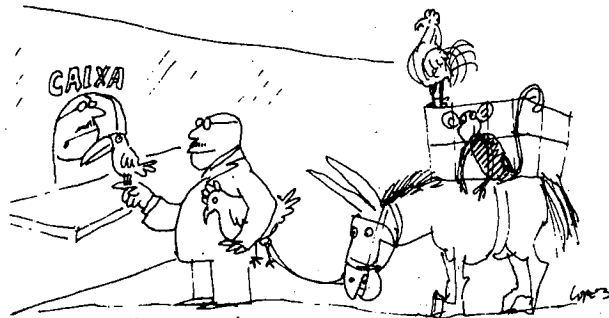
Pontualidade do Brasil evita crise financeira

GILBERTO PAIM

O empenho do Governo em cumprir os compromissos financeiros externos, assumidos pelo país, deixa bastante clara uma irrepreensível adesão aos princípios que regem a comunidade política e econômica do Ocidente. Embora uma conspiração das circunstâncias esteja fazendo soar no mundo a sirene em favor da inadimplência, a que foram compelidas tantas nações de porte médio, capitalistas e socialistas, o Brasil faz inauditos esforços para demonstrar aos credores o propósito inabalável de pagar em dia os juros e de reduzir o volume de sua dívida por meio de amortizações constantes.

Nessa prova de maturidade fica implícita uma séria preocupação com a estabilidade política e a segurança econômica das nações, onde a economia de mercado assegurou o aprimoramento do sistema democrático de governo. O grau de maturidade da posição brasileira se revela na percepção de interesses comuns, os quais foram colocados em plano superior por um país, cujo chefe-de-estado propõe ao mundo, em discurso na ONU, uma conjugação de esforços para "evitar a derrocada do sistema econômico internacional".

Num quadro de delicado equilíbrio, como o que hoje se observa nos mercados financeiros do exterior, a ação individual do Brasil, se voltada contra o sistema financeiro ocidental, poderia desorganizá-lo, mormente se tal ação se pronunciasse em meio ao tumulto gerado pelas crises mexicana e argentina e pelos sucessivos pedidos de renegociação, feitos por nações deste continente e de outras partes do mundo. Mais ainda o Brasil, dispondo-se a correr graves riscos, sem pensar nas consequências funestas para todo o Ocidente, aceitasse como ato natural a liderança das nações do Terceiro Mundo para confrontar os credores com uma rancorosa aliança de devedores. Colocados em frágil posição defensiva, não teriam os credores meios de



evitar a implosão do seu sistema financeiro, um dos pilares das sociedades plenamente desenvolvidas.

Ao contrário, o Brasil procurou agir, ao começar o reajustamento de sua economia, visando à salvaguarda da solvência externa, de modo a trazer alívio aos países credores. Se nossos compromissos estão sendo honrados, e se o país faz o possível para provar que não se afastará de sua tradição de bom pagador, a situação brasileira não pode ser equiparada à mexicana ou à argentina, diluindo-se por essa via parte das tensões que dominam os círculos financeiros internacionais.

Tudo isso quer dizer que evitamos tirar partido da fragilidade do sistema financeiro externo, perceptível a olho nu. Salvo a adoção de medidas políticas de grande envergadura, o sistema financeiro americano e internacional marcharia irremediavelmente para um desastre monumental. No que diz respeito aos EUA, essa fragilidade não foi "organizada" de súbito. Para chegar à "invejável" posição credora junto às nações em desenvolvimento, a rede bancária americana percorreu nos últimos 20 anos um caminho cheio de armadilhas, das quais veio escapando, para sempre se aproximando de armadilhas cada vez maiores e perigosas.

Uma descrição "fantasiosa", não obstante perfeita, de como se daria um desastre financeiro de âmbito mundial, iniciado nos EUA, se encontra num **best-seller** escrito por Paul E. Erdman em 1976, prevendo grave crise para o ano de 79. A crise não estourou nesse ano, porém se acham reunidos e expandi-

dos os elementos que irão produzi-la.

Nos anos 60, segundo esse festejado autor, os bancos americanos, sentindo sede de lucros fáceis e rápidos, embrenharam-se na selva das atividades imobiliárias. Para isso criaram empresas, que lançaram atraentes projetos de condomínios na Flórida, "shopping centers" no Arizona, estâncias de veraneio na Califórnia, edifícios comerciais em Manhattan. Eram esplêndidos os lucros. Mas a espetacular prosperidade chegou ao fim. Em consequência, os bancos e suas empresas imobiliárias ficaram com projetos semi-acabados espalhados por todo o país. Na contabilidade bancária, não obstante, era dado como bom o dinheiro aplicado em edifícios semiconstruídos que acabaram se transformando em ruínas. Sabia-se, no entanto, que dezenas de bilhões de dólares estavam irremediavelmente perdidos.

A experiência imobiliária, descreve Erdman, se seguiu à onda de empréstimos a governos municipais americanos, à beira da bancarrota, deixando os bancos quase esgotados.

Após a onda imobiliária, foi descoberta uma saída na construção de petroleiros, isto é, superpetroleiros. O crescimento da demanda por petróleo, da ordem de 10% a 15% ao ano, sugeria que os empréstimos feitos com essa finalidade representavam uma boa aplicação de recursos financeiros. Mas veio a alta de preços do petróleo, o consumo do produto sofreu redução drástica e os petroleiros começaram a ficar ociosos. Se não havia utilização possível para a frota petroleira em uso, não se sabe o que dizer do destino dos pe-

troleiros ainda em construção em todo o mundo. Bilhões de dólares e empréstimos virtualmente perdidos.

Em meio a tal sufoco, os bancos descobriram um mercado de dimensões, ainda maiores, embora "exótico": os países em desenvolvimento, que passaram a absorver empréstimos às toneladas. O petróleo mais caro e os produtos manufaturados vendidos pelas nações ricas a preços exorbitantes, enquanto as nações devedoras exportavam matérias-primas e gêneros alimentícios a preços declinantes, compuseram o quadro de dificuldades que conduziram ao gigantesco endividamento dos países menos desenvolvidos.

Significativamente, "The Economist", inspira-se no título do livro do Paul E. Erdman (*The Crash of 79*) em recente reportagem de capa, intitulada: "The Crash of 98" — a crise que vai estourar em qualquer ano deste decênio. Depois de descrever o pesadelo que sobreveio à insolvência mexicana e à falência de bancos e empresas multinacionais, diz a revista londrina que ninguém se preocuparia muito e se o país falido fosse a Bolívia ou Cuba. Mas, acrescenta, se tratasse de Cuba ou Bolívia mais Argentina e México, as instituições financeiras internacionais, os EUA e outras nações teriam de correr para salvar o sistema financeiro do mundo industrial com mecanismos hábeis.

Ai está a chave da questão. A inadimplência em série é o calcanhar de Aquiles de Mr. Reagan. Se entrassem simultaneamente em fila México, Argentina, Venezuela, Chile, Equador e Brasil, não haveria quem segurasse as pontas. Pior ainda, se o maior dos citados países se dispusesse a organizar a fila, o que quer dizer que, recusando-se a desempenhar o papel de organizador, o Brasil evitou a explosão de uma bomba de hidrogênio no centro do sistema financeiro internacional.

GILBERTO PAIM,

jornalista, foi editor de economia do Correio da Manhã.